

DF DADOS

Jornal do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados do DF

Filiado à
CUT
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES BRASIL
e à FENADADOS

 @sindpd.df.TI

Edição
nº 143

Mai/Jun
de 2018

PARTICULARES:

*CONQUISTAS GARANTIDAS EM
CONVENÇÕES E ACORDOS PODEM
SER RETIRADAS PELOS PATRÕES
COM A NOVA LEI TRABALHISTA*

As conquistas que muitos trabalhadores usufruem hoje foram garantidas pela luta histórica das categorias e seus sindicatos ao longo dos anos. Essas conquistas estão agrupadas em convenções e acordos coletivos, mas não são leis, e podem ser extintas a qualquer momento em uma nova negociação com a nova legislação trabalhista.

A flexibilidade da atual legislação trabalhista trouxe uma série de novas modalidades de contratos de trabalho e acarretou em negociações mais duras e difíceis com os sindicatos patronais, onde o guarda-chuva de conquistas passa a ser ameaçado apoiado na nova lei.

O reflexo dessa dura negociação aliado a crise econômica vivenciada na atual conjuntura já pode ser visto na campanha salarial das



empresas particulares deste ano. Historicamente, o sindicato patronal (SINDESEI) nunca entregou exigências ou uma pauta de retirada de direitos como fez agora.

O arrocho está anunciado com uma proposta de reajuste de 1.16% nas cláusulas econômicas que inclui salário e tíquete alimentação e uma pauta com retirada de direitos como o triênio, o aumento do período para compensação do banco de horas e a rejeição de todas as novas cláusulas.

Isso não significa que a proposta deve ser aceita ou será aprovada, mas mostra que mais do que nunca será preciso união da categoria com o SINDPD-DF.

Em nenhum outro ano de negociação o sindicato patronal entregou uma pauta de exigência para os trabalhadores. Em todos os anos a negociação sempre privilegiou as reivindicações da categoria e avanços foram conquistados.

Na entrega da pauta de reivindicação foi assinado o Termo de Manutenção de Data-Base que garante os direitos contidos na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) até a assinatura do





CONTRA O DESMONTE DAS EMPRESAS PÚBLICAS



Essa política econômica perversa, aplicada num governo neoliberal, que vem gerando desemprego, endividamento e insegurança, mostra agora suas garras nas campanhas salariais da Dataprev, do Serpro e da BBTS (Cobra Tecnologia), ambas estendidas em intermináveis negociações que não andam porque as empresas querem impor propostas inaceitáveis.

Tudo leva a crer que essa imposição é uma política de governo, que não leva em conta a relevância do peso na sociedade destas empresas. A Dataprev é uma empresa com superávit positivo premiada pelo 6º ano consecutivo em sua área de atuação, já a BBTS é a empresa responsável pelo serviço de Tecnologia da Informação do Banco do Brasil e o Serpro consolidou-se como uma referência nacional e internacional no desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias utilizadas por órgãos do setor público brasileiro.

Além do mais, a agenda regressiva de flexibilização de direitos trabalhistas, terceirização, extinção da política de valorização do salário mínimo e prevalência das negociações coletivas sobre os direitos legislados se mantém pairando sobre nossas cabeças.

Diante deste quadro que se demonstra caótico para os trabalhadores e trabalhadoras, como de resto para toda a sociedade, em um governo golpista e de exceção, é necessário que se fortaleçam as entidades representativas da sociedade para barrar esse avanço indiscriminado e retirada de direitos.

Djalma Araújo Ferreira

Presidente do SINDPD-DF

EXPEDIENTE

SINDPD-DF

Setor Comercial Sul – Qd. 01, Bl. K, nº 30, Salas
1103/1104 – Ed. Denasa - Asa Sul, Brasília – DF
(61) 3225-8089 Fax: (61) 3226-4339
sindicato@sindpd-df.org.br
www.sindpd-df.org.br

DIRETORIA EXECUTIVA

DJALMA ARAÚJO FERREIRA

Presidente

EDSON SIMÕES CORRÊA

Secretário-Geral

MARCELO LUIZ DE BARROS

Diretor Administrativo e Financeiro

CLAUDINEI PIMENTEL DA ROCHA LOPES

Diretor de Relações Sindicais

MARIA DO SOCORRO NEVES SANTOS

Diretora de Saúde e Condições de Trabalho

JOÃO BATISTA DE BARROS

Diretor de Assuntos Jurídicos

EUDES RODRIGUES DA SILVA

Diretor de Divulgação e Imprensa

KLEBER PEREIRA DOS SANTOS

Diretor de Informática e Assuntos Profissionais

MARLI APARECIDA DE OLIVEIRA

Diretora de Formação Política e Profissional

DIRETORIA PLENA

MOISÉS FREITAS DE CARVALHO PEREIRA

RAFAEL DAS CHAGAS SILVA

ANA CLEUSA PINTO

MILTON CEZAR BATISTA PANTUZZO

MARCELO MATTÁ DOS SANTOS

PAULO ROBERTO RAMOS SOARES

OSIEL ROCHA DE JESUS

ELAINE CRISTINA LEMES DA SILVA

ANTÔNIA MARIA PONTES FERNANDES DE OLIVEIRA

CONSELHO FISCAL TITULARES

ISMAEL DA CONCEIÇÃO FERREIRA

ÉLIA GONZAGA DE CARVALHO

LEONARDO DE OLIVEIRA LINHARES

CONSELHO FISCAL SUPLENTE

ELDER SOARES BARRETO MORAES

JAIRO DA SILVA CARVALHO

REDAÇÃO, REVISÃO, EDIÇÃO E DIAGRAMAÇÃO

Repense

Fotos: Marcelo Lima/Depositphotos.com

Tel.: (61) 3038-9392

repense@agenciarepense.com

www.agenciarepense.com

Tiragem: 2 mil exemplares

As matérias deste jornal podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte.

DF
DADOS



SINDICATO FORTE É RESULTADO DE CATEGORIA UNIDA

Os sindicatos foram criados com a função de organização dos trabalhadores por segmentos econômicos ou profissionais. Uma categoria sem sindicato ou organização está sujeita a todas as deformidades do mercado e a nenhum direito.

Os profissionais de TI, mesmo sem uma profissão regulamentada, tem uma classe organizada em um sindicato atuante e que ao longo dos anos defendeu o direito dos trabalhadores de todas as formas, seja em negociações ou judicialmente.

Um sindicato forte ou fraco é o resultado de uma categoria unida ou desunida. Os trabalhadores de TI estão em um momento decisivo onde podem somar forças ao SINDPD-DF fortalecendo o seu sindicato e a sua própria luta ou seguir sem governo e em saber aonde se vai chegar. Tudo são escolhas.

“O momento é de arrocho. Os patrões querem retirar direitos conquistados e não estão dispostos a avançar e negociar novas propostas. A negociação será muito dura e os trabalhadores precisam agregar e se unir ao sindicato para mudar essa conjuntura,” afirma a coordenação da campanha.

PLR 2017 DAS PARTICULARES

A atuação do SINDPD-DF tem garantido os direitos previstos na CCT vigente como a assinatura de vários acordos de PLR das seguintes empresas: CAPGEMINI, ALGAR, SPREAD, MARKETDATA, MI MONTREAL, HITACHI, RSI, CSC BRASIL, PBTI, BMC, PLANSUL e TOTVS. Caso obtenham lucro e atinjam as metas acordadas no exercício de 2017, essas empresas vão distribuir a seus empregados no ano de 2018 parte deste montante. As empresas BRSCAM, GLOBALWEB, B2BR, MAIS2X, CTIS, SONDA, CAST, CONNECTCOM e ISH entregaram as minutas, mas ainda não foi concluído o processo negocial e o sindicato precisará de maior participação dos trabalhadores destas empresas, no intuito de forçar a reabertura das negociações. As empresas STEFANINI, COMPLINE e INDRA não entregaram minutas para dar início ao processo de negociação e o SINDPD-DF vai ajuizar ações por descumprimento da CCT em desfavor das mesmas, lembrando que STEFANINI e INDRA já foram acionadas na justiça, referente a PLR 2016.

REPRESENTANTES SINDICAIS DAS PARTICULARES

O SINDPD-DF está empenhado em eleger o maior número de Representantes Sindicais para que assim possa potencializar a organização e mobilização dos trabalhadores nos locais de trabalho. Recentemente foram eleitos representantes sindicais nas empresa BRSCAM, PLANSUL e STEFANINI, além de já ter outro trabalhador com mandato ativo, pela empresa Datainfo.

Cabe ressaltar que os trabalhadores das empresas com mais de 50 empregados podem pleitear serem representantes sindicais desde que seja SINDICALIZADO a pelos menos um mês. O trabalhador eleito em assembleia convocada e coordenada pelo SINDPD-DF terá estabilidade no trabalho por dois anos podendo se reeleger após o término do mandato e deverá ajudar o sindicato em ações de sindicalização, organização e mobilização dos trabalhadores da empresa em que trabalha, sendo um elo entre o local de trabalho e o sindicato.



CAMPANHA DA DATAPREV TERMINA COM SALDO NEGATIVO E TRABALHADORES INDIGNADOS COM A POSTURA DA EMPRESA

A campanha salarial na Dataprev acontece nos moldes esperados pelas representações dos trabalhadores, pois esta realidade já foi vivenciada em passado não tão distante. E, dessa forma, os trabalhadores devem ficar atentos às armadilhas pregadas por esta gestão da Dataprev, tendo em vista que os prejuízos para os trabalhadores decorrentes de campanhas ruins, dificilmente são reconquistados, se tornando passivos intermináveis.

A previsão era de que este primeiro ano da reforma trabalhista seria muito duro, devido às maldades contidas no projeto aprovado, mas por outro lado existia uma esperança por também ser um ano eleitoral, o que poderia amenizar os efeitos mais perversos, deixando para o próximo ano, isto é, em 2019, as crueldades.

Há quem diga que nosso ACT é um calhamaço de benefícios, porém, quem acha isso, não sabe que estes benefícios foram uma compensação aos direitos negados em outras campanhas e agora acha que temos muita coisa. Acha que é mordomia de empregado público. Para os trabalhadores das empresas estatais, a

reforma trabalhista ainda não mostrou a que veio. Nas estatais o alvo é o Acordo Coletivo de Trabalho. Mas para isto o atual governo golpista com seus aliados, também golpistas, devem se eleger nas urnas, para reaver e manter o programa neoliberal, que já está instalado. A política de governo é apresentada via Sest, órgão do governo que determina para as empresas estatais o que pode e o que não pode ser negociado, sendo que a estratégia para o desmonte dos acordos coletivos seja traçada pelos próprios entes estatais, fazendo parte de uma pauta de governo que objetiva o enxugamento dos ACT's.

Devemos analisar o momento com grande atenção, pois a implantação da reforma trabalhista começa a surtir seus efeitos. Por exemplo, o "Negociado sobre o Legislado", leva a diretoria da empresa a definir suas estratégias no jogo e o Acordo Coletivo de Trabalho é o instrumento adequado para a prática da nova reforma.

Esta estratégia pode ser definida pelo terrorismo, por exemplo, dizer que não dá nada, que não mais reconhece o acordo por ele estar vencido e depois apresentar uma proposta que, por mais que esteja longe do reivindicado, surte o efeito de que qualquer coisa é melhor que nada. Foi o que aconteceu!

Em Brasília, antes mesmo que a proposta estivesse analisada pela Fenadados, os gerentes pressionaram seus setores para a aprovação da proposta, passando a disputar com tudo e





com todos os desejos do presidente. O jogo do poder tem um “vale-tudo”, que além de traição aos trabalhadores, tem também a disputa dos espaços para agradar os mais graduados. Neste início de gestão presidencial na Dataprev, é normal ver gerente querendo aparecer para o presidente mais que outros, pois quem se “doa” mais, vale uma posição mais confortável no quadro gerencial. Assim, vale disputar assembleia, falar mentiras e pressionar quem se encontra no evento, o que caracteriza o verdadeiro assédio moral.

A gangorra dos cargos de confiança (de nem tanta confiança) agora muda de posição e quem era oposição vira situação e assim quem sobe assume as mesmas ações que os anteriores contra os trabalhadores e passam a provar novamente o gosto do poder.

Vale lembrar o que está firmado no pré-acordo assinado em 31/03/2017 com todas as garantias e forte embasamento jurídico, favorável aos trabalhadores na manutenção dos seus direitos no ACT/2017, nas seguintes condições:

“*Cláusula Primeira* – A Dataprev e a Fenadados acordam em garantir a database da categoria profissional em 1º de maio, independentemente de ser firmado Acordo Coletivo de Trabalho entre as partes ou de determinação de Sentença Normativa.

Parágrafo Único – Fica acordado entre as partes que o Acordo Coletivo de Trabalho em vigor, manterá vigência até a assinatura do novo instrumento coletivo de trabalho.”

Mesmo assim, após todos os esclarecimentos, na medida do possível, os trabalhadores exigiram do SINDPD-DF o encaminhamento, em assembleia deliberativa realizada no dia 11/05, a aceitar e aprovar a proposta da empresa. Mas vale dizer que qualquer retirada de benefícios previstos no referido acordo será de exclusiva responsabilidade da empresa.

Na reunião do Comando Nacional de Campanha Salarial 2018/2019, realizado no dia 10 de maio e após a verdadeira análise do que foi proposto, a Coordenação de Campanha decidiu encaminhar pela Aprovação da Proposta. Mesmo entendendo que esta proposta está muito aquém do que é reivindicado, há de se levar em conta a vontade dos trabalhadores, submetendo esta proposta às assembleias nos estados para aprovar ou reprovar, levando-se em consideração a maioria.

Na assembleia no dia 11/05/2018, os trabalhadores da Dataprev em Brasília aprovaram a proposta da empresa, assim como os demais estados também em sua maioria. Agora ... é correr pro abraço.





TRABALHADORES DO SERPRO APROVAM PROPOSTA TEMENDO CENÁRIO NEGATIVO NO TST E PERDA DE DIREITOS



Após meses de negociações frustradas devido à intransigência e falta de respeito por parte da diretoria do Serpro, o que é um fato inédito, finalmente a campanha salarial teve um desfecho.

Sabemos da atual conjuntura do país, considerando o cenário de total decadência política, financeira, social e jurídica, o que traz muita insegurança as categorias de trabalhadores. De forma transparente a representação sindical conduziu esta campanha atípica e não se furtou a debater com a categoria as possíveis consequências em aceitar ou rejeitar a última proposta apresentada pela direção da empresa.

Após consulta jurídica, considerando tecnicamente uma conjuntura pouco favorável, baseada nos mais recentes posicionamentos do TST com relação as campanhas que foram ajuizadas, a representação optou em orientar pela aceitação da proposta, vale salientar, que era uma orientação, que deveria e foi discutida pela base.



“Priorizamos o diálogo na busca da solução dos conflitos e mesmo sabendo que a proposta da empresa não era nem de longe ideal, a base tinha o direito de escolher os rumos da campanha. A proposta foi aceita em assembleias por 13 estados, dando fim a essa campanha traumática que não pode servir de exemplo para as próximas”, afirma João Barros, diretor Jurídico do SINDPD-DF e coordenador da campanha salarial do Serpro.

Para a direção do SINDPD-DF e os trabalhadores fica um importante aprendizado: a união da base com todos os fatos que ocorreram serviu para deixar a relação mais sólida para novas lutas e desafios pelo que já foi conquistado e ainda o que se deseja conquistar.





APROVADA PLR DA UNISYS 2017

Os trabalhadores da empresa Unisys Brasil, lotados no Distrito Federal, aprovaram por maioria ampla a proposta de PLR 2017 apresentada na última mesa de negociação realizada na sede da empresa, em São Paulo.

Após muita discussão e algumas reuniões, a representação dos trabalhadores conseguiu através da negociação com a representação da empresa, garantir mais uma vez a distribuição dos lucros em 2 parcelas, a primeira paga em 15/05 e a segunda parcela até o dia 10/10 deste ano.

“Diante da atual conjuntura onde os patrões estão atacando fortemente as conquistas da classe trabalhadora, esse acordo de PLR 2017 pode sim ser considerado uma vitória e, sobretudo, com a mobilização dos trabalhadores do DF, fortalece as negociações que se iniciaram da Campanha Salarial deste ano”, explica Claudinei Pimentel, diretor de Relações Sindicais do SINDPD-DF.



O diretor do SINDPD-DF, Rafael Silva, funcionário da Unisys Brasil, parabeniza a grande participação dos trabalhadores lotados na CERAT e no Edifício Varig e aproveita a oportunidade para convidar que todos se sindicalizem. “Nessas últimas semanas vários trabalhadores se filiaram ao sindicato, mas ainda podemos ter a participação de muitos outros”, afirma o dirigente.

Quanto a campanha salarial ainda não teve mesa agendada.





BBTS: CAMPANHA SALARIAL 2017/2018 SEM AVANÇO

Nos dias 16 e 23/4 ocorreram assembleias com a mobilização dos trabalhadores em Brasília para pressionar a empresa a negociar na atual conjuntura de desmonte dos direitos dos trabalhadores imposta pelo governo com a reforma trabalhista, terceirização e composição dos tribunais do judiciário. O SINDPD-DF acredita que apenas a união dos trabalhadores junto ao sindicato é que será possível conseguir atravessar essa grande luta, amenizando os impactos de retirada dos direitos dos trabalhadores.

Os trabalhadores de Brasília estão firmes nessa campanha e empenhados em discutir as propostas e formas de resguardar seus direitos.

A empresa manteve a mesma proposta de reajuste zero para as cláusulas econômicas, alteração da Cláusula 49ª de Normas Administrativas e implementação da jornada de 12X 36. A BBTS quer levar a Campanha Salarial para decisão no Tribunal do Superior do Trabalho (TST), mas sem a concordância da Fenadados e dos sindicatos, que reafirmam seu interesse em privilegiando o processo negocial.



A questão da coparticipação dos trabalhadores da BBTS no Plano de Saúde é outro impasse. Os trabalhadores exigem que a empresa cumpra a Cláusula 12ª que trata do Plano de Saúde e tornem nula esta cobrança. A empresa manteve a sua decisão pela coparticipação e a Fenadados comunicou que os trabalhadores vão analisar juridicamente nos estados o ajuizamento de ações.

Sobre a PLR 2017, a empresa encaminhou o programa diretamente para os órgãos de controle, sem negociação com os trabalhadores. Por este motivo, os trabalhadores desconhecem as metas que deveriam ser atingidas. No entanto, a empresa informou na última reunião que as metas não foram totalmente atingidas e, que o valor médio para pagamento seria de R\$ 300,00.



SINDPD-DF
Filiado à CUT e à FENADADOS

**FILIAÇÃO É FORÇA!
NENHUM DIREITO A MENOS.**

WWW.SINDPD-DF.ORG.BR

